

Menos despesa, mais educação

09.12.2012, Jornal Público, por Maria de Lurdes Rodrigues

1. Os dados do Recenseamento de 2011 revelam que se fizeram enormes progressos na resolução dos nossos maiores problemas em matéria de educação: a concretização da escolaridade obrigatória e a melhoria da qualificação dos adultos.

Retenho, apenas, quatro indicadores: a redução drástica da taxa de analfabetismo (de 9% para 5% entre 2001 e 2011) e do número de pessoas que não completaram qualquer grau de ensino (de 18% para 10%), o aumento do número de crianças que frequentam a educação pré-escolar (de 52% para 75%) e a redução do número de jovens a trabalhar sem o secundário completo (de 44% para 23%).

Vale a pena recordar que o período entre 2001 e 2008 foi marcado por medidas de contenção e racionalização da despesa pública de educação. No entanto, nesse mesmo período foram criados novos serviços de educação como o ensino do Inglês no primeiro ciclo, o ensino profissional nas escolas públicas e o programa Novas Oportunidades. Tudo isto sem aumento da despesa nominal. Os dados do Recenseamento vêm pois comprovar que foi possível melhorar os resultados e ganhar eficiência no investimento público, que foi possível executar uma agenda reformista sem perder de vista a resolução dos problemas do país. A sua divulgação, no momento em que é questionado o papel do Estado na educação, representa um contributo importante para uma discussão pública mais informada.

2. O debate atual está marcado pela preocupação de reduzir a despesa pública, mas distante do problema da qualificação dos portugueses. Podemos até duvidar que os objetivos a que se referem os quatro indicadores apresentados façam ainda parte da agenda política. Podemos perguntar-nos por que não se debate como é que, com os atuais problemas financeiros, vamos conseguir concretizar a escolaridade obrigatória de 18 anos ou como vamos renovar as oportunidades de formação para os adultos.

Os dois tópicos que dominam o debate público são o da transferência da prestação do serviço público para instituições privadas e o da transferência de parte da despesa de educação para as famílias. Os argumentos usados sublinham que a despesa é muito elevada, sobretudo na escola pública, e que esta poderia ser reduzida com a gestão privada das escolas ou com o aumento da participação financeira das famílias. O que mais surpreende nesta discussão é a forma como são ignorados os factos, a informação disponível, o conhecimento sobre os problemas e a experiência de outros países. Mas surpreende também a ausência de discurso político sobre os grandes objetivos estratégicos da educação e a forma de os atingir na atual situação de crise económica e financeira.

3. A controvérsia que opõe escola pública a escola privada, declarando a falência de uma e enaltecendo as virtudes da outra, é sobretudo ideológica e motivada por interesses nunca explicitados. Toda a informação disponível sobre a prestação do serviço público de educação por privados mostra que essa opção não implica menos gastos nem dá garantias de uma melhoria global da qualidade do ensino e dos resultados. Não

disponemos de avaliações rigorosas sobre esta questão em Portugal, mas os estudos conduzidos pela OCDE com base em comparações internacionais concluem que a privatização dos sistemas públicos de educação não garante a qualidade global e agrava os riscos de aumento das desigualdades escolares e sociais. Em Portugal, há várias áreas dos serviços educativos prestados por instituições privadas por contrato com o Estado, como seja a educação pré-escolar, o cuidado das crianças nos tempos livres, os contratos simples para o primeiro ciclo, os contratos de patrocínio para o ensino artístico e os contratos de associação para os ensinos básico, secundário e profissional. Em todos estes casos, a despesa pública não diminui pelo facto de o serviço ser prestado por privados.

Não foram razões relacionadas com os custos que determinaram estas opções. A existência de uma diversidade de operadores públicos, privados e do terceiro sector (IPSS) no nosso sistema de ensino, apesar da prevalência da escola pública, tem uma história longa e muitos aspetos positivos que devem ser valorizados. Ganharíamos em diversificar ainda mais, explorando, por exemplo, o envolvimento e a responsabilização das autarquias nas políticas de educação. Como ganharíamos também em aprofundar a participação dos pais na vida das escolas. Porém, estas opções têm mais a ver com pluralismo e governabilidade do que com economia.

4. Por falar em economia, importa dizer que o dever do rigor e da eficiência no uso de recursos públicos respeita a todos, às instituições públicas e às instituições privadas, no sector da educação como em todos os outros sectores. Alterar regras de funcionamento e de alocação de recursos, evitar os desperdícios e conseguir economias de escala, avaliar a utilização dos recursos em função de objetivos claros e fazer escolhas deve ser parte de uma agenda de reformas que permitam tornar sustentáveis as políticas de educação. Porém, as preocupações com a eficiência e a racionalização dos recursos não podem transformar-se no único objetivo das políticas educativas, perdendo-se de vista os nossos grandes problemas nesta matéria.

Em Portugal, é preciso continuar o esforço de educação centrado no objetivo de concretização da escolaridade obrigatória, ou seja, é preciso conseguir que todos os alunos que estão na escola concluem o seu percurso. Por razões de cidadania, mas também porque essa é a condição básica do desenvolvimento económico do país e da redução das desigualdades. Por outro lado, e pelas mesmas razões, é preciso criar oportunidades de formação para os adultos com baixas qualificações. Estes continuam a ser os nossos grandes problemas e devem ser o centro das políticas educativas. Ganhos de eficiência e racionalização dos recursos públicos são essenciais e instrumentais para a sustentabilidade das políticas de educação. Contudo, esses ganhos devem ser conseguidos com competência técnica, para que não seja posta em causa a qualidade do serviço público de educação. E não podem transformar-se no centro da política educativa.

Os dados mostram que é possível melhorar o serviço público de educação e reduzir a despesa pública em educação. Poupar reduzindo o serviço público, como acontece quando se reduz o tempo de aulas, os apoios aos alunos ou os cursos para adultos, em lugar de se poupar reduzindo ineficiências é uma confissão de desistência. Desistência de reformar e de enfrentar os interesses que bloqueiam a reforma. A menos que o objetivo seja mesmo cortar no serviço público com o pretexto de cortar na despesa.